

CARTA DO EDITOR

O papel institucional e a forma de atuação dos tribunais superiores brasileiros estão em debate. Não há consenso a respeito do sentido e do alcance do chamado “ativismo judicial” e dos limites da “judicialização da política”, ou sobre o espaço político que os tribunais devem ocupar.

Debate-se também a qualidade argumentativa das decisões desses tribunais, em que a racionalidade e a coerência da justificação de suas sentenças são discutidas. Afinal, o papel institucional dos tribunais pode ser pensado tanto do ponto de vista dos efeitos das decisões judiciais sobre a sociedade e sobre os demais poderes governamentais, quanto do ponto de vista interno à argumentação jurídica, espaço em que se discute a influência de argumentos políticos, econômicos ou de outra natureza sobre as decisões judiciais.

Os artigos publicados neste número da *Revista DIREITO GV* trazem uma reflexão sobre o Poder Judiciário a partir destes dois pontos de vista, em um dossiê intitulado “Conflito de Poderes e ativismo judicial”. O primeiro texto procura identificar, em uma formulação inovadora no direito brasileiro, formas positivas e negativas de ativismo, tendo em vista a separação entre a racionalidade do direito e a da política. Os outros textos desse dossiê abordam aspectos como o controle das políticas públicas pelo Judiciário, a influência de variáveis políticas e econômicas nos julgamentos das cortes e a responsabilização judicial do Estado por omitir-se em matéria ambiental.

A revista traz também a segunda parte do dossiê sobre “Direito e desigualdades no século XXI”, dando continuidade ao estudo iniciado no número anterior. Essa discussão se estendeu por duas edições da revista graças à quantidade elevada de artigos de alta qualidade que recebemos a respeito desse tema. Assim, publicamos textos que discutem: o casamento de pessoas do mesmo sexo a partir do debate entre Axel Honneth e Nancy Fraser; o problema dos quilombolas; a administração do sistema judiciário e o acesso à justiça; e o impacto das desigualdades na dogmática penal no que diz respeito ao princípio da insignificância.

A revista traz ainda textos sobre outros assuntos de interesse como: a Lei Antimonopólio na China; a legitimidade das normas internacionais; a Convenção de Aarhus sobre o meio ambiente; a desconsideração da pessoa jurídica; e a questão do planejamento tributário e da simulação na jurisprudência brasileira.

Boa leitura!

O Editor

EDITOR'S LETTER

The institucional role and the mode of operation of Brazil's high courts are under discussion. There is no agreement regarding to the direction and extension of what is called "judicial activism" and the limits of "judicialization of politics", or even the political space that courts should take place.

It's also discussed the argumentative quality on high courts' decisions and if they are binded to rationality and coherence to justify their sentences. After all, the court's institucional role can be thought from the point of view of the effects of judicial decisions on society and to the other governmental powers, as the internal point of view to the legal reasoning, space in which it discusses the influence of political arguments, economics or some other area on judicial decisions.

The articles published on this edition of DIREITO GV Law Review bring to a reflection on high courts power through these point of view above exposed, compiled on the dossier "Conflict of Powers and judicial activism." The first article brings an innovative formulation in Brazilian Law: positive and negative ways of activism, in view of separate law rationality and politics.

There are also texts that approach aspects such as the control of public politics by the judiciary, the influence of economic and political variables in judgments of the courts and the State's judicial responsibility on omission in environmental matters.

This current edition also brings the second part of "Law and inequality in the XXI century" texts, in addition to our previous one. It has been discussed through our last couple editions, thanks to the huge amount of exquisite texts that we have received about that. Therefore, we published texts that dis-

cuss: the same-sex marriage from the debate between Axel Honneth and Nancy Fraser; the problem involving the quilombolas; the judicial system management and the access to justice; and the impact of inequalities on criminal dogmatic, regarding to the principle of insignificance.

DIREITO GV Law Review also brings other topics of interest, such as: Antitrust Law in China; the Legitimacy of International Standards; the Aarhus Convention on the Environment; disregard for the legal person; and the issue of tax planning simulation in Brazilian precedents.

Enjoy your reading!

The Editor